

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Comitê de Governança de Tecnologia da Informação



ATA DE REUNIÃO

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC

Nº: 007/2016

Data: 29/04/2016

1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
29/04/16	16h	18h	Sala de reuniões da STI/TJES

2. Participantes

Nome Nome	Designação/Órgão
Anselmo Laghi Laranja	Assessor da Presidência
Felippe Monteiro Morgado Horta	Juiz de Direito
Marcelo Tavares De Albuquerque	Secretário-Geral do TJES
Christine Rossi	Secretária de Tecnologia da Informação do TJES
Ana Paula Gireli Bissi Tatagiba	Secretária de Gestão de Pessoas (licenciada)
Cíntia Varejão Ribeiro de Freitas	Secretária de Gestão de Pessoas do TJES (em Exercício)
Alamir Costa Louro	Coordenador de Desenvolvimento – STI
Carlos Vinícius de Arimatea	Coordenado de Suporte – STI
Jeanni Will	Analista Judiciária Especial – membro do Comitê de Eli- citação de Requisitos e Negócio do PJe (convidada)
Jaderson de Souza Falcão	Técnico Judiciário AE em Informática (convidado)
Daniel de Souza Correia	Técnico Judiolário AE em Informática (convidado)

AChours

SPEC





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

3. Pauta

Item	Descrição de la latera de latera de la latera de latera de la latera de latera de la latera de la latera de la latera de la latera de latera de la latera de la latera de la latera de latera de latera de latera de latera de la latera de latera delatera de latera de latera de latera delatera de latera de latera de latera delatera de latera de latera delatera delatera de latera de latera delatera delatera de latera delatera de
01	Reunião extraordinária para fins de apresentação do Plano de Contratação de TI e do Projeto da Central de Serviços (service desk).

4. Tarefas de reuniões anteriores - pendentes (atualizado até esta data)

Item	Discriminação	Responsável	Data Limite
01	Oficiar à corregedoria para reiterar a necessidade de melhoria de alimentação dos sistemas judiciais.	Fernando Bravin	29/04/2016
02	Elaboração de proposta de novo escopo do processo de contratação de internet móvel 4G para o PJES.	STI e Marcelo Albuquerque	20/04/2016
03	Envio dos artefatos que serão apreciados na próxima reunião: TR do Service desk, Plano de Contratação, Propostas de cenário de implantação do PJe.	Alamir Louro e Carlos Arimatea	25/04/2016
04	Elaborar formulário para esclarecimento dos requisitos mínimos para estar de demandas e apresentar proposta de melhoria do processo de análise e definição de demandas no TJES.	Marcelo De Albuquerque Christine Rossi	25/04/2016
05	Contatar com Dr. Délio para apreciação da demanda relativa aos sistemas conveniados	Dr. Thiago Vargas	29/04/2016
06	Instar o grupo de trabalho do eJUD quanto as demandas apresentadas, solicitando priorização (publicação da produção nos gabinetes)	Alamir Louro	
07	Organizar Audiências públicas, as quais serão realizadas em datas a serem definidas pelo Presidente do Comitê.	Fernando Estevam Bravin Ruy	
08	Apoiar e participar das Audiências.	Felippe Monteiro M. Horta Gustavo Marçal da S.Silva	
09	Recompor o Comitê Gestor do PJe. (foi contatado com todos os atuais representantes do Comitê Gestor esta semana, tendo sido informado que o Senhor Lucas Marcel Pereira Matias – representante da Defensoria Pública Estadual, será substituído. Assim, faz-se	Comitê de Governança	29/05/2016

.

2

6

YRE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

necessário indicação)	oficiar	a	Defensoria	para
PEDENCIA: indicação do				para

5. Informações e deliberações em Reunião

Item	Descrição
01	Christine abriu a reunião franqueando a palavra para o Dr. Anselmo, visto que o Presidente do Comitê encontra-se em reunião na Presidência.
	Dr. Anselmo pautou que análise da apresentação do Projeto de Central de Serviços restringe a verificar o alinhamento com o planejamento estratégico, visto que cumpre ao ordenador de despesas as considerações pertinentes à autorização e contratação propriamente dita, uma vez que será objeto de análise específica por ocasião de cada contratação.
02	Christine passou à apresentação do Plano de Contratação – Resolução CNJ n. 182/2013. Expôs que o plano não tem carácter vinculante no que tange à contratação.
	Ressaltou que a exposição será realizada à margem do tecnicismo, dando ênfase aos seguintes aspectos: Problema, Fraqueza, Demanda e Oportunidade.
	Trata-se de um plano "guarda-chuva" que deveria ter sido apreciado e aprovado em 2015, para fins de dar norte às contratações para o exercício de 2016.
	Ana recomendou fossem atualizados os valores históricos orçados para cada contratação, visando subsidiar à análise da possível realocação de recursos financeiros e orçamentários.
	Marcelo reiterou a necessidade de inclusão de um membro da Assessoria de Planejamento no Comitê de Governança, de forma a permitir maior alinhamento com o planejamento estratégico. Dr. Anselmo se manifestou no sentido de convidar Maria Elisa, até fosse apreciado o pleito da inclusão.
	Dr. Anselmo verificou a existência de "novas contratações" sem a respectiva rubrica orçamentária em 2016 para a realização da despesa, mas ponderou que se encontram alinhados ao planejamento estratégico. Quanto à contratação ORACLE, por tratar-se de uma ratificação da Administração anterior, não foi objeto da apreciação, no mérito, pelo atual Comitê de Governança.
	Diante disso, APROVOU-SE por unanimidade o plano de contratação.
03	Prestação de serviço de suporte em soluções de segurança da informação: Redução de 93% do contrato atual, mantendo a qualidade do serviço prestado.
04	Dr. Anselmo sugeriu fosse esclaredido aos Magistrados da necessidade de redução de custos, razão pela qual a distribuição de modem adotará novos procedimentos,

Alguno

8 Gr

b



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

	devidamente justificados.				
05	Central de Serviços (Service desk) – valor estimado ano: R\$ 1.500.000,00				
	Dr. Anselmo ressaltou a importância do Poder Judiciário ter programas melhoria de atendimento aos diversos usuários internos e externos, de forma legitimar os serviços prestados pelo Poder Judiciário, com o adequado suporte tecnológico, até porque vai ao encontro às diretrizes constantes na Resolução CNJ 211/15 e planejamento estratégico do Poder Judiciário/ES.				
	Christine lembrou que, como tripé de sustentação das melhorias aventadas, faz-se necessário priorizar "processos, ferramentas (tecnologia) e recursos humanos".				
	Ressaltou, ainda, a importância da condução de gerenciamento e o controle por técnicos internos, e que, na hipótese, contamos com Jaderson e Arimatea com a devida certificação para assunção da incumbência dos contratos de TI.				
	Jaderson expos que as dificuldades que emergem da TI, na verdade, estão pulverizadas em todas as unidades do Poder Judiciário, quer administrativas quer jurisdicionais. Soluções: oferecer atendimento com equipe interna e/ou contratar empresa para prestação dos serviços. Narrou os estudos realizados para subsidiar e nortear o plano de contratação de central de atendimento, com consultas a outros tribunais, modelo de gestão, entre outros. Ressaltou a situação atual de atendimento (número reduzido de atendentes, insatisfação, falta de padrão, falta de priorização, demora no atendimento etc).				
	Compliance (Res; 211/15 CNJ) – definir processos de gestão de infraestrutur tecnológica, implantar central de serviços.				
	Ana Paula lembrou da necessidade de criação de uma "etiqueta" de priorização para facilitar a condução da demanda, como também a adoção da estratégia por "ponto focal" como responsável pela demanda por Secretaria.				
	Assim por estar em perfeita sintonia com as diretrizes estabelecidas pelo CNJ e devidamente alinhado ao planejamento estratégico deste Tribunal, os membro presentes do Comitê de Governança APROVARAM por unanimidade a contratação da Central de Serviços.				
06	Ficou acordado que o encaminhamento das ATAS de reuniões e as respectivas manifestação dos membros serão proferidas mediante e-mail, como forma de otimização das atividades.				





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

6. Distribuição de tarefas

Item	Discriminação	Responsável	Data Limite
01	Oficiar à corregedoria para reiterar a necessidade de melhoria de alimentação dos sistemas judiciais.	Fernando Bravin	29/04/2016
02	Elaboração de proposta de novo escopo do processo de contratação de internet móvel 4G para o PJES.	STI e Marcelo Albuquerque	20/04/2016
03	Envio dos artefatos que serão apreciados na próxima reunião: TR do Service desk, Plano de Contratação, Propostas de cenário de implantação do PJe.	Alamir Louro e Carlos Arimatea	25/04/2016
04	Elaborar formulário para esclarecimento dos requisitos mínimos para estar de demandas e apresentar proposta de melhoria do processo de análise e definição de demandas no TJES.	Marcelo De Albuquerque Christine Rossi	25/04/2016
05	Contatar com Dr. Délio para apreciação da demanda relativa aos sistemas conveniados	Dr. Thiago Vargas	29/04/2016
06	Instar o grupo de trabalho do eJUD quanto as demandas apresentadas, solicitando priorização (publicação da produção nos gabinetes)	Alamir Louro	
07	Recompor o Comitê Gestor do PJe. (foi contatado com todos os atuais representantes do Comitê Gestor, tendo sido informado que o Senhor Lucas Marcel Pereira Matias – representante da Defensoria Pública Estadual, será substituído.	Comitê de Governança	29/05/2016
08	Oficiar à Defensoria para indicação do representante do órgão.	/ _	

Law

4



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Comitê de Governança de Tecnologia da Informação

7. Aprovação

7. Aprovação	
Nome	Assinatura
Felippe Monteiro Morgado Horta	
Anselmo Laghi Laranja	
Marcelo Tavares De Albuquerque	
Christine Rossi	
Ana Paula Gireli Bissi Tatagiba	
Cíntia Varejão Ribeiro de Freitas	Elierbrogerode
Alamir Costa Louro	ACK jourd
Carlos Vinícius de Arimatea	
Jeanni Will	Vea will
Jaderson de Souza Falcão	fal det Cen
Daniel de Souza Correia	Sarepanto